



14 DE DEZEMBRO DE 2018

Sexta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI Nº 39/2018
- FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0 – “CASOS PRÁTICOS”
- Indicador de Custos Industriais
- EX-MINISTRO DE DILMA, AFIF SERÁ ASSESSOR ESPECIAL DE PAULO GUEDES
- OMC REVERTE PARCIALMENTE CONDENAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL DO BRASIL
- OMC CONDENA CINCO DE SETE PROGRAMAS DE INCENTIVO FISCAL DO BRASIL
- BNDES VOLTARÁ A FAZER INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS
- PRECISAMOS REPENSAR O PROPÓSITO DAS CORPORACÕES
- SETOR DE SERVIÇOS CRESCE 0,1% EM OUTUBRO, DIZ IBGE
- TRIBUNAL DO TRABALHO DE MINAS ANULA CONTRATO INTERMITENTE
- CNT DEFENDE FIM DA JUSTIÇA DO TRABALHO E PEDE A BOLSONARO EXTINÇÃO DO TST
- MEDIDA PROVISÓRIA AJUSTARÁ NOVO MINISTÉRIO DA ECONOMIA DE BOLSONARO
- CAPTACÕES NO MERCADO LOCAL E EXTERNO SOMAM R\$ 248 BI ATÉ NOVEMBRO, DIZ ANBIMA
- VAREJO AINDA SE RECUPERA E REFLETE PRECARIEDADE DO MERCADO DE TRABALHO, DIZ IBGE
- SUPERÁVIT COMERCIAL DEVERÁ CAIR 38,6% E FICAR EM US\$ 33,8 BI EM 2019, DIZ AEB
- EM 2016, 66 MUNICÍPIOS CONCENTRARAM QUASE METADE DO PIB DO PAÍS, DIZ IBGE
- IGP-10 CAI 1,23% EM DEZEMBRO, NO MENOR RESULTADO DA SÉRIE HISTÓRICA

- ANP CONDICIONA LIBERAR VENDA DIRETA DE ETANOL A MUDANÇAS NA TRIBUTAÇÃO
- CONSELHO ADMINISTRATIVO DA RENAULT MANTÉM CARLOS GHOSN NA PRESIDÊNCIA
- RELATOR DA CVM VOTA POR ABSOLVIÇÃO DE CONSELHO DA PETROBRAS POR SEGURAR PREÇO DA GASOLINA
- CNA RECORREU DA DECISÃO DE FUX SOBRE MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE TABELA
- EDITORIAL: "A CHANTAGEM DOS CAMINHONEIROS FUNCIONA
- FORD PREVÊ QUE VENDA DE VEÍCULOS NOVOS NO BRASIL CRESCERÁ DE 10% A 12% EM 2019
- COMÉRCIO DE VEÍCULOS FOI FAVORECIDO PELA QUEDA DA TAXA DE FINANCIAMENTO, DIZ IBGE
- TOYOTA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 1 BI PARA PRODUÇÃO DE CARRO HÍBRIDO NO BRASIL
- PREÇOS DO AÇO SOBEM COM ESPERANÇA DE DEMANDA EM 2019
- CONNECTIVIDADE: A NOVA FONTE DE LUCRO PARA AS MONTADORAS
- PRODUÇÃO DE MÁQUINAS CRESCERÁ PERTO DE 25% NO ANO
- AUDI CONFIRMA BRAM SCHOT COMO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- FORD PROJETA MERCADO 10% A 12% MAIOR EM 2019, MAS PREVÊ NOVA QUEDA DE EXPORTAÇÕES
- ROGER ALM É O NOVO PRESIDENTE GLOBAL DA VOLVO TRUCKS

CÂMBIO EM 14/12/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,910	3,910
Euro	4,411	4,412

Fonte: BACEN

Novos Projetos de Lei nº 39/2018

14/12/2018 – Fonte: FIEP

Coordenação de Relações Governamentais nº 39. Ano XIV. 14 de dezembro de 2018

Confira nessa edição os Novos Projetos de Lei apresentados no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Para acessar a íntegra, CLIQUE AQUI.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Análise de Impacto Regulatório pela Comissão de Infraestrutura do Senado Federal
PRS 52/2018 da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Benefícios para a MPE administradas por jovens
PLP 552/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Transferência da União para o Distrito Federal da Junta Comercial do Distrito Federal
MPV 861/2018 do Poder Executivo

Institui o Estatuto da Metrôpole para a região do DF
MPV 862/2018 do Poder Executivo

RELAÇÕES DE CONSUMO

Proibição para o fornecedor armazenar dados referentes aos cartões de crédito e débito sem prévia autorização do consumidor
PL 11056/2018 do deputado Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Necessidade de comprovar a existência de pretensão resistida para postular em juízo
PL 11059/2018 do deputado Júlio Delgado (PSB/MG)

MEIO AMBIENTE

Perdimento de bens utilizados ou gerados em infração ambiental
PLS 455/2018 do senador José Medeiros (PODE/MT)

Proibição de atividades que possam causar dano aos corais da Amazônia
PL 11030/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

Ampliação da suspensão de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre resíduos destinados ao aproveitamento energético e coprocessamento
PL 11102/2018 do deputado Fábio Trad (PSD/MS)

Sustação de dispositivos do Decreto nº 6.514/2008 que trata de infrações e sanções administrativas ao meio ambiente
PDS 140/2018 do senador José Medeiros (PODE/MT)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA FGTS

Alteração do regime de tributação dos planos de previdência privada para as pessoas físicas e jurídicas
PLS 62/2018 do senador Romero Jucá (MDB/RR)

Limitação até 2022 da destinação de recursos do FGTS para Santas Casas
MPV 859/2018 do Poder Executivo

Saque extraordinário do FGTS
PL 11100/2018 do deputado Diego Garcia (PODE/PR)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Extensão de folga por conta de nascimento de filho
PL 11033/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

Falta no serviço sem prejuízo salarial para acompanhar dependente com câncer
PL 11037/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS

Instituição de procedimento de realização de demonstrativos por parte do Ministério da Fazenda

PLS 457/2018 do senador José Serra (PSDB/SP)

DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Repasse da União para fomento das exportações

PLS 424/2018 da senadora Kátia Abreu (PDT)

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Migração do PERT

PL 11110/2018 do deputado Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Novas regras para rotulagem nutricional

PL 11055/2018 do deputado Rocha (PSDB/AC)

INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS

Adoção de mecanismos para identificação de explosivos

PL 11081/2018 do deputado Junji Abe (MDB/SP)

INDÚSTRIA DE VEÍCULOS DE DUAS RODAS

Incentivos fiscais para compra de bicicletas

PL 11066/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Transparência e publicidade de relações financeiras entre a indústria da área da saúde e médicos

PL 11050/2018 do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Consolidação das normas referentes ao quadro próprio de servidores do Poder Legislativo

PL 544/2018 de autoria do Comissão Executiva

Alteração na Lei nº 12.216/1998, suprimindo, acrescentando e modificando dispositivos

PL 582/2018, de autoria do Tribunal de Contas

MEIO AMBIENTE

Alteração na Lei nº 12.945/2000, definindo, para efeitos da desta Lei, o que são considerados planos, programas e projetos de recuperação ambiental e proteção de recursos hídricos

PL 577/2018 de autoria do Deputado Tião Medeiros (PTB)

INFRAESTRUTURA

Disponibilização de fraldários nas praças de pedágio do Estado do Paraná

PL 556/2018 de autoria do Deputado Delegado Recalcatti (PSD)

Criação do Programa de Parcerias do Paraná
PL 586/2018 de autoria do Poder Executivo

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Altera a Política da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná
PL 563/2018 de autoria do Poder Executivo

INTERESSE SETORIAL AGROINDÚSTRIA

Regulamenta o Programa Tarifa Rural Noturna
PL 547/2018, de autoria do Deputado Marcio Nunes (PSD)

INDÚSTRIA TÊXTIL

Concessão de tratamento tributário diferenciado para estabelecimentos industriais dos setores têxteis
PL 571/2018 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro (PSDB)

Fundamentos da Indústria 4.0 – “Casos Práticos”

14/12/2018 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Fundamentos da Indústria 4.0 “Casos Práticos” De 11 a 22 de março de 2019

Local: PUCPR - Escola Politécnica
Rua Imaculada Conceição, 1155
Prado Velho - Curitiba/PR

O movimento chamado de Indústria 4.0 é reconhecido como sendo a 4ª Revolução Industrial. Mais que um movimento revolucionário, é possível afirmar que a Indústria 4.0 é uma Arquitetura de Referência que prevê a utilização da automação industrial com integração horizontal e vertical da informação. Com isso, as empresas observarão um aumento da sua capacidade de resposta, eficiência e qualidade. Pensando em familiarizar os profissionais das empresas com as tendências e as tecnologias requeridas pela Indústria 4.0, o SINDIMETAL/PR, em parceria com a PUCPR, oferece o curso com a seguinte programação:

Conteúdo Programático:

- I. Desmistificar a Indústria 4.0
- II. Introduzir a gestão da inovação e de tecnologias
- III. Apresentar o conceito de produto e produção inteligente
- IV. Apresentar os conceitos de cultura para inovação com foco na Indústria 4.0 *
- V. Apresentar o processo de transformação digital para a Indústria 4.0 *

* Esses módulos serão compostos, também, de palestras com players de referência no mercado.

Investimento:

- 3 parcelas de **R\$332,00** para inscrições até **14/12/2018**
3 parcelas de **R\$366,00** para inscrições até **31/01/2019**
3 parcelas de **R\$384,00** para inscrições até **28/02/2019**

Valores exclusivos para empresas associadas

Carga horária 24h - (segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 18h20 às 22h30).

Incluso: Welcome Coffee, login e senha para acesso aos sistemas acadêmicos da PUCPR e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem BLACKBOARD; material didático online e certificação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná através da Escola Politécnica, como curso de extensão em Fundamentos da Indústria 4.0.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



REALIZAÇÃO



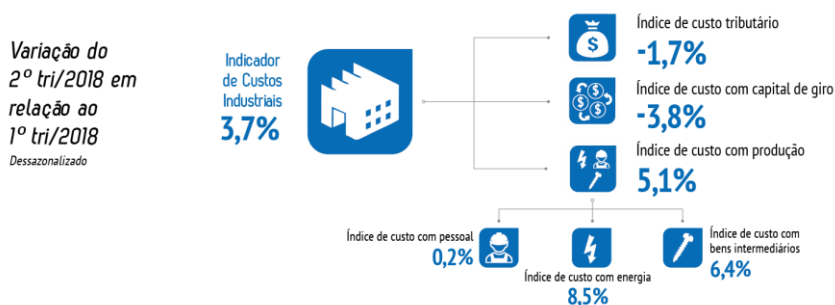
Indicador de Custos Industriais

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Dólar, combustíveis e greve dos caminhoneiros impulsionam custos industriais

O crescimento foi puxado pela alta de 6,4% no índice de custo com bens intermediários e pela alta de 8,5% nos custos com energia. O custo com energia subiu puxado pelo aumento de 24,4% no custo com óleo combustível no trimestre, enquanto o custo com intermediários se eleva por causa da desvalorização do real e do aumento de preços decorrente da escassez causada pela greve dos caminhoneiros.

Abril-Junho/2018



Ex-ministro de Dilma, Afif será assessor especial de Paulo Guedes

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Presidente do Sebrae será responsável por empreendedorismo e de desburocratização

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, aceitou o convite do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e será assessor especial da pasta.

Afif será responsável pelas áreas de empreendedorismo e de desburocratização, simplificação e facilitação de processos para empresas e pessoas.

Essas são pautas defendidas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), que tem repetido que é difícil ser patrão no Brasil.



Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae, será assessor especial do Ministério da Economia de Jair Bolsonaro - Zanone Fraissat-4.dez.18/Folhapress

"Depois de 30 anos, finalmente a gente vai poder ajudar a construir um projeto liberal", disse Afif à **Folha**. Em 1989, quando ele foi candidato à Presidência, Guedes foi um dos responsáveis por seu plano de governo.

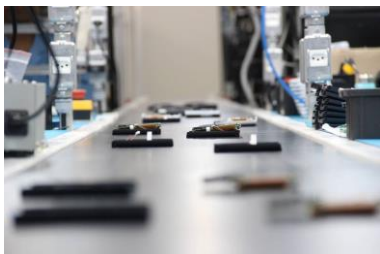
Afif foi ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Ele já circulava pelo CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funciona o gabinete do governo de transição, mas só aceitou o convite em jantar com Guedes na noite de quarta-feira (12), em Brasília.

OMC reverte parcialmente condenação da política industrial do Brasil

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Órgão de apelação mantém condenação de cinco programas, mas absolve outros dois



Linha de montagem de máquinas, em fábrica na Bahia - Mário Bittencourt/Folhapress
A Organização Mundial de Comércio (OMC) reverteu parcialmente a condenação das políticas industriais do Brasil. Dos sete programas inicialmente considerados ilegais, o órgão de apelação do tribunal de solução de controvérsias manteve a proibição de cinco, mas absolveu outros dois.

Também foi retirado o prazo de 90 dias para que o país acabe com as políticas proibidas. Agora o Brasil deve alterar suas regras “sem demora”, mas não existe um deadline, o que aumenta a margem de manobra.

Embora cinco programas tenham caído na ilegalidade, na prática, o governo brasileiro será obrigado a alterar apenas dois — a Lei de Informática e o PADIS (semicondutores).

As demais políticas condenadas - PATVD (televisão digital), Inclusão Digital (venda no varejo de alguns produtos de informática) e Inovar Auto (setor automotivo) — acabaram no fim do ano passado ou terminam neste mês.

Criada em 1991 e com previsão para durar até 2029, a Lei de Informática é o mais importante dos programas a serem reformulados.

A legislação atual permite isenção e redução de IPI na aquisição de insumos e na venda de produtos de informática desde que as empresas desenvolvam algumas etapas da cadeia produtiva no Brasil, o chamado processo produtivo básico.

O órgão de apelação da OMC condenou a exigência de insumos nacionais para a concessão dos benefícios tributários, mas aceitou que o governo exija que parte da agregação de valor seja feita no país. Por conta disso, representantes da indústria acreditam que será possível reeditar o programa se o governo desejar.

“O resultado veio melhor do que nós esperávamos. Agora teremos que nos debruçar sobre o relatório da OMC para decidir o que fazer, mas essa definição certamente caberá ao próximo governo”, disse Marcus Vinicius Ramalho, chefe da divisão de contenciosos do Itamaraty.

Os primeiros sinais da equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) são de resistência a incentivos fiscais para setores específicos. Contudo, não existe ainda uma definição sobre o futuro da Lei de Informática.

A política industrial do Brasil foi denunciada à OMC em julho de 2015 por União Europeia e Japão. Eles acusavam o país de desrespeitar os acordos internacionais ao

conceder subsídios vinculados à exportação e ao adotar tratamento discriminatório contra produtos importados.

Em agosto do ano passado, um painel condenou os sete programas brasileiros questionados por europeus e japoneses. O governo federal, contudo, recorreu ao órgão de apelação, cuja decisão se tornou conhecida nesta quinta-feira (13) e a qual não cabe recurso.

Os dois programas absolvidos foram os chamados PEC, para aquisição de insumos, e Recap, para a compra de bens de capital. Ambos podem ser utilizados por empresas de qualquer setor e permitem suspender o recolhimento de IPI, PIS/Pasesp e Cofins.

Segundo Pablo Benes, diretor executivo de comércio internacional do escritório Steptoe, em Washington, os juízes da OMC acolheram o argumento brasileiro de que esses programas não consistem num incentivo à exportação e representam apenas uma correção do modelo tributário do país, que provoca um acúmulo de créditos fiscais, principalmente para exportadores.

Os representantes da indústria ficaram satisfeitos com o resultado do caso na OMC, que superou as expectativas.

“Acreditávamos que não ia salvar nada. Pelo menos continuamos tendo algum espaço para política industrial”, disse Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

OMC condena cinco de sete programas de incentivo fiscal do Brasil

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

Em uma decisão final, a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou cinco dos sete programas adotados pelo Brasil em sua política industrial. A partir de janeiro, o governo de Jair Bolsonaro terá de desmontar ou reformar parte dos programas que eram considerados como pilares da estratégia industrial do país desde 2011.

Mas o governo brasileiro comemora o fato de que algumas das condenações em primeira instância conseguiram ser revertidas, permitindo que dois programas sejam mantidos para apoiar a exportação. “O jogo, que estava 7 a 0, terminou 5 a 2”, resumiu uma fonte em Genebra.

A decisão, de todas as formas, coloca um limite à política que poderá ser adotada no País na próxima década. Os programas, criados ainda sob o governo de Dilma Rousseff, distribuiriam R\$ 25 bilhões em bondades fiscais.

A decisão foi anunciada em Genebra pelo Orgão de Apelação da OMC e pode abrir uma brecha para uma eventual retaliação por parte de europeus e japoneses.

Foi condenada a forma pela qual os incentivos são dados por meio da Lei de Informática, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis), além do o Inovar-Auto, da Lei de Inclusão Digital e o Programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos para a TV digital (PATVD).

Em Genebra, fontes confirmaram que o Regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras (Recap) e Programa Preponderantemente Exportador (PEC), que tinham sido condenados em primeira instância, foram absolvidos na nova análise. Os programas, no fundo, apoiam centenas de empresas nacionais, entre elas a Samarco e a Embraer.

Em meados de 2017, à pedido de Bruxelas e Tóquio, a OMC condenou em primeira instância a estratégia industrial nacional. Todos os sete programas foram considerados como ilegais, já que criavam vantagens indevidas a produtores nacionais, prejudicando os produtos estrangeiros.

O governo brasileiro recorreu da decisão, na esperança de ganhar tempo para reformar alguns dos programas condenados e mesmo conseguir salvo conduto para manter outros. Mas o órgão de Apelação rejeitou os argumentos do Itamaraty e os juízes não acataram os pedidos do Brasil em cinco dos sete programas.

O maior impacto está previsto para ocorrer com programas que ainda estão em vigor. A Lei de Informática, por exemplo, vence apenas no ano de 2029 e o Padis vence em 2022. Os demais programas também foram condenados. Mas já foram eliminados ao longo dos últimos anos.

Retaliação

Em janeiro, a OMC irá aprovar oficialmente a condenação e abre-se o prazo para que Bolsonaro negocie com europeus e japoneses como irá implementar a decisão. Ele tem a opção de reformar profundamente os programas ou simplesmente colocar um fim à Lei de Informática, ao Padis.

Em Brasília, membros da equipe de transição indicaram que a decisão da OMC é "bem-vinda", já que o novo governo já estava avaliando a retirada de incentivos. Mas o Estado apurou que, legalmente, o fim desses programas não é tão simples, já que existe obrigações assinadas com empresas que fizeram investimentos e compromissos contratuais.

Caso o Brasil não cumpra a decisão da OMC, Tóquio e Bruxelas já indicaram que irão solicitar a autorização para retaliar o Brasil. Cálculos preliminares apontariam para uma sanção bilionária e que poderia afetar as exportações nacionais.

BNDES voltará a fazer investimentos em participações acionárias

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

Desde 2015 fora do mercado, a BNDESPar, empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está de volta ao jogo, sob novas regras. Novos investimentos serão limitados a empresas com faturamento anual entre R\$ 90 milhões e R\$ 1 bilhão. A exceção serão as ofertas iniciais (IPOs), nas quais o BNDES poderá entrar comprando até 15% do valor levantado, sem limite de faturamento.

As regras estão na nova política de subscrição de ações, aprovada nesta semana pela diretoria do banco, anunciou nesta quinta-feira, 13, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira. Algumas das mais polêmicas operações do BNDES nos governos do PT foram feitas via BNDESPar, como a compra de participação no frigorífico JBS, com o intuito de financiar a internacionalização do grupo.

A partir de agora, segundo Oliveira, o foco será investir em empresas com potencial de crescimento, conteúdo tecnológico relevante, capazes de agregar valor. "O objetivo é levar essas empresas até a listagem na bolsa de valores", afirmou o presidente do BNDES, em encontro com jornalistas, no Rio.

Oliveira procurou marcar a diferença em relação à atuação anterior da BNDESPar. Segundo o executivo, antes, o BNDES entrava em empresas pré-operacionais, grandes empresas, "com valores vultosos". Pelas novas regras, a BNDESPar focará empresas com "porte médio, médio-grande, com potencial de crescimento", conforme o conceito de empresa "escalável".

Além do limite de faturamento, as regras preveem uma participação máxima de 30% no capital das empresas na quais o BNDES vier a investir. A exceção no caso de IPOs tem o objetivo de fomentar as aberturas de capital e a listagem de mais empresas na bolsa, segundo Oliveira.

Em relação à política de desinvestimentos da carteira atual, as regras que já vinham sendo seguidas pela BNDESPar estão mantidas. Segundo a diretora de Investimento do BNDES, Eliane Lustosa, a ideia é vender as participações em empresas cujo investimento esteja "maduro", levando em conta tanto o desenvolvimento da companhia como o retorno financeiro do BNDES.

A diretora reafirmou a meta de vender R\$ 12 bilhões em participações acionárias em 2018, mas informou que o valor poderá ser atingido em janeiro ou fevereiro. Recentemente, o presidente Oliveira já informou que, até outubro, foram vendidos R\$ 8 bilhões. Em 2017, a BNDESPar vendeu R\$ 6,7 bilhões em ações. Segundo Eliane, uma nova meta para 2019 será definida apenas após atingir os R\$ 12 bilhões.

"A direção é o desinvestimento, mas se o mercado não sinalizar com preço justo, o banco não vai queimar a sua participação", afirmou Eliane.

A diretora do BNDES disse ainda que o banco poderá contratar bancos de investimento para vender participações em empresas a investidores estratégicos, ou seja, em operações fora da bolsa. Essas operações serão definidas caso a caso, com aprovação da diretoria e em acordo com os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Precisamos repensar o propósito das corporações

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Ideia de que empresas devem buscar apenas o lucro conduz a resultados sombrios

As corporações empresariais estão entre as mais notáveis das inovações humanas. Elas são exércitos em guerra pela supremacia nos mercados. A simbiose resultante entre comando e competição se provou muito frutífera.

O desenvolvimento econômico sem precedentes visto desde a metade do século 19 teria sido impossível sem os recursos e capacidades organizacionais de uma grande invenção: a sociedade por ações de responsabilidade limitada.

Mas, como argumenta Colin Mayer, da Saïd Business School, Universidade de Oxford, em seu novo, radical e notável livro, "Prosperity", nem tudo vai bem com as corporações. O público cada vez mais vê sociopatia nas corporações, e portanto as considera indiferentes a tudo exceto o preço de suas ações; já os líderes dessas empresas são vistos como indiferentes a tudo exceto suas recompensas pessoais.

A julgar pelos salários reais e pelos números da produtividade, seu desempenho econômico recente vem sendo medíocre. Além disso, as corporações foram autorizadas a erodir a concorrência, como apontam Jonathan Tepper e Denise Hearn em outro livro recente e importante, "The Myth of Capitalism". Em resumo, más ideias tomaram as corporações, e permitiram que a competição perdesse vigor.



Ações na Bolsa brasileira - Daniel Marenco/Folhapress

O principal alvo de Mayer é o argumento de Milton Friedman de que o propósito de uma companhia é realizar lucros e só, respeitando apenas as leis e (um mínimo de) regulamentação. Hoje, isso é apresentado como a obrigação de maximizar o valor para os acionistas.

Por trás disso está a visão, que remonta a Adam Smith, de que o principal desafio é o "problema de agência" –o da relação entre os proprietários e seus agentes (os gestores). "O problema com a visão de Friedman", insiste Mayer, "é que ela é desesperadamente ingênua". Baseia-se em "modelos econômicos simples e elegantes que simplesmente não funcionam na prática".

A ideia de que empresas busquem lucros e apenas lucros, na opinião dele, pode apenas produzir maus negócios e péssimos resultados. Isso acontece por três razões: a humana, a social e a econômica.

A primeira delas é a mais importante. O lucro não é um propósito econômico por si só. O lucro é uma condição para –e o resultado de– atingir um propósito. O propósito pode ser fabricar carros, entregar produtos, disseminar informações, ou muitas outras coisas. Se uma empresa transforma fazer dinheiro em seu propósito, fracassará nisso e em sua atividade básica.

Segundo, quando os legisladores permitiram a incorporação de sociedades com responsabilidade limitada, não estavam pensando no lucro, mas nas possibilidades econômicas criadas por uma grande aglomeração de capital, esforço e recursos naturais.

Não menos importante, os compromissos de longo prazo incorporados pela corporação permitem que ela tenha a inovação como foco: talvez a inovação mais importante da corporação tenha sido fazer da inovação uma atividade rotineira.

Por fim, a teoria central da companhia veio de Ronald Coase (1910-2013), que argumentou que o mercado poderia ser uma maneira menos eficiente de organizar produção do que uma organização hierárquica, por conta dos custos de transação.

Isso é outra maneira de afirmar que mercados são incompletos, especialmente no que tange a compromissos de longo prazo. Mas é bastante ilógico argumentar que é possível ignorar esse aspecto incompleto do mercado ao decidir como empresas devem ser dirigidas.

Se a justificativa para a existência da corporação é substituir contratos relacionais, e portanto a confiança, por contratos explícitos, e portanto a possibilidade de aplicação legal, não se pode ignorar esse aspecto na decisão sobre o propósito das empresas e sobre quem deveria controlá-las.

Acima de tudo, de que maneira essa confiança em longo prazo pode ser sustentada se o objetivo constantemente reiterado da corporação é servir aos interesses daqueles que têm pouco compromisso para com ela, enquanto o controle sobre elas é confiado àqueles que menos conhecem suas atividades e que menos risco correm em caso de fracasso?

As duas coisas, de fato, são descrições razoáveis sobre a posição dos acionistas nas empresas de capital aberto com distribuição acionária ampla.

Os acionistas têm pouco compromisso para com a companhia porque, diferentemente dos empregados, dos fornecedores diretos e dos locais em que elas operam, eles podem abandonar seu envolvimento na empresa de forma instantânea. Os acionistas são os menos informados porque não estão envolvidos na atividade da companhia.

Um aspecto crucial é que, contrariando a sabedoria econômica convencional, os acionistas no mundo real não são os portadores do risco residual do negócio (exceto com relação aos detentores de títulos de dívida). O aspecto incompleto do mercado garante que empregados, fornecedores e localidades também arquem com riscos significativos.

Além disso, os mercados de ações permitem que os acionistas diversifiquem seus riscos em todo o mundo, algo que os trabalhadores, por exemplo, não têm esperança de fazer com respeito ao seu estoque de conhecimento específico e aos seus relacionamentos profissionais dentro de uma companhia. Além disso, todo mundo mais sofre o risco de comportamento oportunista por parte dos acionistas. Isso com certeza deve minar os compromissos dos demais envolvidos.

Além disso, diante do lema de maximizar o valor para os acionistas e diante da incapacidade dos acionistas para monitorar os gestores, as recompensas cada vez mais estão vinculadas não ao desempenho da empresa na obtenção de seus objetivos, e sim a lucros contábeis e preços de ações - duas coisas sujeitas a manipulação.

Há quem argumente que isso resultou em remuneração excessiva (o tema do livro "Are Chief Executives Overpaid?", de Deborah Hargreaves) e em subinvestimento crônico. Esses livros dão a entender que o capitalismo está substancialmente quebrado. Cheguei relutantemente à mesma conclusão. Não estou defendendo o abandono da economia de mercado, e sim companhias melhores e mais competitivas.

A implicação do livro de Mayer é que o modelo canônico anglo-saxão de governança empresarial, com igualdade entre acionistas, distribuição ampla de ações, maximização de valor para os acionistas e o mercado no controle, é apenas uma das muitas maneiras possíveis de estruturar uma corporação.

Não há motivo para crer que seja sempre a melhor. Em alguns casos, funciona. Em outros, como no de bancos operando com alta alavancagem, não funciona, claramente. Deveríamos encorajar explicitamente o florescimento de milhares de flores de governança e controle. Veremos como isso funciona.

Ao mesmo tempo, a implicação do livro de Tepper é que, da mesma forma que fomos excessivamente descuidados em pensar sobre a natureza e propósito da corporação, também nos descuidamos ao avaliar como os mercados a que elas estão incorporadas deveriam funcionar.

Quanto maiores as corporações, mais competitivas precisam ser os mercados. A corporação é de fato uma grande invenção. Mas o que tornou sua contribuição tão notável foram, acima de tudo, os mercados competitivos dos quais elas eram parte.

Quanto menor a competição, menos o lucro revelará sobre a verdadeira contribuição econômica de uma companhia. Precisamos consertar a corporação e a competição ao mesmo tempo.

Martin Wolf - Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutor em economia pela London School of Economics.

Setor de serviços cresce 0,1% em outubro, diz IBGE

14/12/2018 – Fonte: G1

Em 12 meses, setor ainda acumula queda de 0,2%, mas segue em trajetória de recuperação.

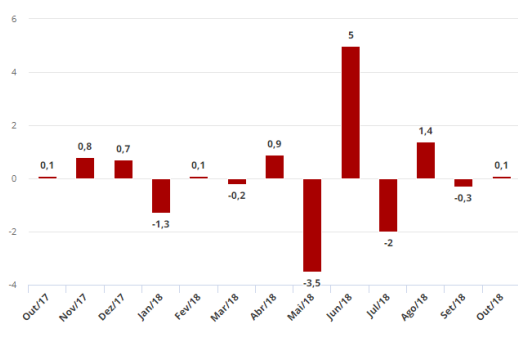
O volume de serviços prestados no Brasil teve crescimento de 0,1% em outubro, na comparação com setembro, segundo pesquisa divulgada nesta sexta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com outubro de 2017, a alta foi de 1,5%.

Apesar do resultado positivo em outubro, o avanço não recuperou as perdas de setembro.

No ano, o setor passou a acumular queda de 0,2%. Já em 12 meses, o recuo passou de -0,3% em setembro, para -0,2% em outubro, o que indica que o setor segue em trajetória de recuperação, ainda que lenta.

Volume de serviços (em %)

Comparativo com o mês imediatamente anterior



Fonte: IBGE

“A gente está num cenário de taxas positivas. Na comparação interanual, esta foi a terceira taxa positiva seguida. Isso tem mostrado um ganho de ritmo comparativamente aos últimos anos. Dá um outro patamar de serviços neste finalzinho do ano”, disse o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

Ele destacou que, embora o indicador ainda acumule perdas no ano e em 12 meses, tem mantido uma desaceleração constante. Na comparação interanual, foi o melhor outubro desde 2014, quando o setor havia avançado 2%.

Em termos de patamar, o setor de serviços se encontra 11,6% abaixo dos dois pontos mais altos já registrados pelo indicador (janeiro e novembro de 2014). O mais baixo foi registrado em maio deste ano, diante da greve dos caminhoneiros, quando ficou 15% distante dos dois picos da série histórica.

Desempenho por atividades

Na comparação com setembro, 2 das 5 atividades pesquisadas registraram crescimento, com destaque para o ramo de outros serviços, que, ao avançar 5,5% em outubro, recuperou-se da perda de 3,9% verificada em setembro e alcançou a maior taxa desde maio de 2017. Já serviços de informação e comunicação (0,5%) avançaram pelo 2º mês consecutivo.

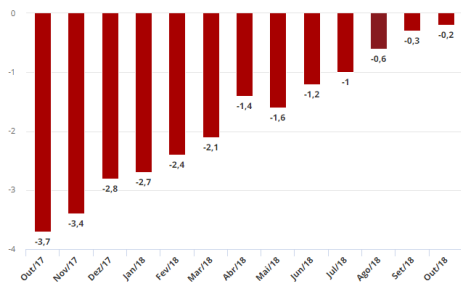
Segundo o IBGE, a principal pressão negativa em outubro foi dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,9%).

Veja o resultado de cada uma das atividades do setor:

- **Serviços prestados às famílias: -1%**
- Serviços de alojamento e alimentação: -1%
- Outros serviços prestados às famílias: -0,9%
- **Serviços de informação e comunicação: 0,5%**
- Serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC): 1,3%
- Telecomunicações: 0,2%
- Serviços de tecnologia da informação: 4%
- Serviços audiovisuais: -8,8%
- **Serviços profissionais, administrativos e complementares: -1,9%**
- Serviços técnico-profissionais: -3%
- Serviços administrativos e complementares: -0,2%
- **Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio: -0,2%**
- Transporte terrestre: -0,4%
- Transporte aquaviário: 0,2%
- Transporte aéreo: -2,1%
- Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio: -1,4%
- Outros serviços: 5,5%

Setor de serviços em recuperação

Variação do volume de serviços no acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE

No acumulado do ano, as maiores quedas são registradas pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,7%) e os de informação e comunicação (-0,9%). Em contrapartida, as principais contribuições positivas para o índice são dos segmentos de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (1,4%) e de outros serviços (1,6%).

Desempenho por estados

Entre setembro e outubro (com ajuste sazonal), 11 das 27 unidades da federação tiveram expansão do volume de serviços.

A estabilidade assinalada por São Paulo e Rio de Janeiro foram determinantes para a formação do índice nacional, já que representam, juntos, 57% do total do volume de serviços. Entre os principais destaques, Paraná registrou avanço de 2,4%, e Rio Grande do Sul alta de 1,7%. Já a Bahia (-2,8%) ofereceu a principal influência negativa.

Atividades turísticas têm queda de 0,9%

O índice de atividades turísticas registrou queda de 0,9% entre setembro e outubro, segunda taxa negativa seguida neste tipo de confronto.

Em relação a outubro de 2017, o volume de atividades turísticas no país cresceu 5,4%, impulsionado, principalmente, pelo aumento de receita das empresas de transporte aéreo de passageiros, de hotéis, de locação de automóveis e de serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.

No acumulado no ano, o agregado especial de atividades turísticas registra crescimento de 1,8% frente a igual período de 2017, impulsionado, sobretudo pelo ramo de hotéis, de transporte aéreo de passageiros e de locação de automóveis.

Recuperação lenta e perspectivas

Com o desemprego ainda elevado, a economia brasileira tem mostrado um ritmo de recuperação ainda lento em 2018, com resultados mistos.

A pesquisa de serviços do IBGE encerra a bateria de indicadores conjunturais do organismo referentes a outubro, em geral decepcionantes, abaixo do esperado pelo mercado.

A indústria registrou alta de 0,2% em outubro. Já o setor e o varejo abriu o primeiro mês do 4º trimestre com queda de 0,4%.

A economia brasileira avançou 0,8% no 3º trimestre. Para o ano de 2018, a expectativa é de uma alta de 1,30% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo a mais recente pesquisa Focus realizada pelo Banco Central. Para o ano que vem, a projeção do mercado financeiro para expansão da economia permanece em 2,53%.

Tribunal do Trabalho de Minas anula contrato intermitente

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Rede, que já contratou 5.387 intermitentes, afirmou que vai recorrer

O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais anulou um contrato de trabalho intermitente da rede Magazine Luiza.

Um ex-atendente de loja contratado por meio do regime que não estabelece jornada preestabelecida alegou que trabalhava de forma fixa.

Em nota, a rede de lojas Magazine Luiza afirmou que vai recorrer. A companhia disse ainda ter contratado 5.387 trabalhadores intermitentes desde novembro do ano passado, quando a lei passou a valer, e que, desse total, 1.101 passaram a ocupar cargos no regime tradicional da CLT.

Na decisão, o relator do caso, desembargador José Eduardo Chaves Júnior, disse que o contrato intermitente é legal, mas entendeu que, nesse caso, o trabalhador desempenhava atividades típicas, permanentes e contínuas da empresa, o que configura ilegalidade.



Loja da rede Magazine Luiza em São Paulo - Karime Xavier / Folhapress

Contratado de novembro de 2017 a fevereiro de 2018, o profissional ganhou direito às diferenças salariais durante todo o período contratual mais as verbas trabalhistas proporcionais.

Para o relator, a nova modalidade surgiu para simplificar e modernizar as relações de trabalho, mas que a criação de vagas com essa característica deve ser de caráter excepcional.

As contratações intermitentes, que também exigem carteira assinada, têm ocorrido em nível bem reduzido no país. Em outubro, dos 57.733 empregos formais gerados no mês, só 4.844 eram intermitentes, segundo dados do Ministério do Trabalho.

CNT defende fim da Justiça do Trabalho e pede a Bolsonaro extinção do TST

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgou nota defendendo o fim da Justiça do Trabalho e pedindo ao governo do presidente eleito da República, Jair Bolsonaro, que avalie extinguir o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para o presidente da CNT, Clésio Andrade, a esfera judicial responsável por julgar processos trabalhistas no País tem gerado insegurança jurídica ao não cumprir determinações da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

“É lamentável o que vem acontecendo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). No momento em que existe uma nova legislação trabalhista, que modernizou muito a relação patrão/empregado, mas o TST continua com suas súmulas antigas e que vem causando confusão na primeira instância, com decisões contrárias as novas leis trabalhistas, causando insegurança jurídica para os empresários”, afirmou o presidente da CNT.

Ele defendeu que as atribuições do TST sejam repassados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, segundo Andrade, “tem uma visão mais ampla da sociedade brasileira.”

O Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) procurou o TST para se manifestar sobre o posicionamento da Confederação Nacional do Transporte e ainda não houve resposta.

Medida provisória ajustará novo ministério da Economia de Bolsonaro

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

O redesenho dos ministérios, com as respectivas secretarias especiais, será objeto de uma medida provisória que será publicada em 1º de janeiro. A iniciativa é necessária para dar posse aos novos ministros.

A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), fundiu pastas criando superministérios, como o da Economia, e fatiou atribuições antes concentradas no Ministério do Trabalho.

Segundo integrantes da equipe do eleito, os servidores continuarão nos mesmos edifícios —ou seja, poderão ficar separados mesmo ao atuar em uma mesma pasta. Após a MP, o futuro governo editará uma série de decretos para redirecionar a verba orçamentária. A maior dificuldade de realocação são os ministérios que foram fatiados, como o Trabalho.

Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que fará parte do futuro Ministério da Economia como secretário especial-adjunto da Fazenda, não há risco de as mudanças pararem o governo.

Na Economia, a secretaria especial da Previdência de Paulo Guedes terá o mesmo status das outras seis já anunciadas. Dessa maneira, Rogério Marinho se reportará diretamente a Guedes. Inicialmente elas seriam chamadas de secretarias gerais, mas mudaram de nome por organização do Executivo.

Nesta quinta-feira (13), dois diretores do Banco Central foram anunciados. Eles assumem no ano que vem, ao lado do futuro presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

João Manoel Pinho de Mello, atual secretário de Política Econômica da Fazenda, assumirá a Diretoria de Organização do Sistema Financeiro. Bruno Serra Fernandes foi indicado para a Diretoria de Política Monetária.

O presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, foi confirmado como assessor especial de Guedes.

Captações no mercado local e externo somam R\$ 248 bi até novembro, diz Anbima

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

As captações das empresas no mercado local e externo somaram R\$ 248 bilhões até novembro deste ano, uma queda de 8,6% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

As captações de renda fixa foram destaque, tendo o melhor desempenho nos últimos anos. Nessa categoria, as debêntures tiveram volume recorde de emissões, totalizando R\$ 126,7 bilhões até novembro, representando 67% das ofertas no período.

As debêntures incentivadas também tiveram volume recorde, atingindo R\$ 22 bilhões e representando 17% das emissões de debêntures do ano.

O volume de emissões de renda variável caiu para R\$ 6,9 bilhões, 79% abaixo do registrado entre janeiro e novembro do ano passado. As operações de renda fixa no exterior ficaram em R\$ 51,9 bilhões nos onze primeiros meses do ano, contra R\$ 88 bilhões no mesmo período do ano passado.

José Eduardo Laloni, diretor da Anbima, afirmou que os objetivos da associação foram atingidos em 2018 e que foi um bom ano para o mercado de capitais.

Instrumentos de renda fixa

Parte do impulso do mercado de renda fixa até novembro deste ano foi provocado pela busca dos gestores de fundos pelos instrumentos de renda fixa, conforme Laloni, em entrevista com a imprensa para apresentar os números sobre o desempenho do mercado de capitais.

De acordo com os dados apresentados, o volume de debêntures na carteira de fundos já atingiu R\$ 150 bilhões, acima dos R\$ 116 bilhões até dezembro de 2017. “O mercado de fundo de crédito cresceu muito e, embora tenha havido aumento na participação dos agentes da oferta no geral, o volume de crédito privado que foi parar nas mãos dos investidores foi grande”, comentou.

Do total emitido em debêntures até novembro, 40,4% ficaram com fundos de investimento e 43,8% com intermediários e demais participantes ligados à oferta, contra participação de 56,8% até novembro do ano passado (que foi recorde em captações na indústria de fundos) e de 32% dos ligados à oferta.

Agenda de diretrizes

A Anbima deve entregar para a equipe de transição, sem data definida, sua agenda com diretrizes que considera relevantes para o desenvolvimento do mercado de capitais, disse Laloni.

Não há data prevista para o encaminhamento dos pleitos, que basicamente são os mesmos que a associação já havia identificado em conversas preliminares com a equipe econômica de Jair Bolsonaro, antes de ser eleito.

Segundo ele, nesta quinta ocorre a sexta reunião do grupo de trabalho do mercado de capitais do atual governo, que agrega vários setores da área econômica. "Vamos reavaliar o que foi atingido até agora e levar novamente as propostas", comentou.

Laloni é positivo em relação às conversas com o próximo governo e entende que as sinalizações são positivas. "Várias das medidas colocadas na agenda no grupo de mercado de capitais formado eram da Anbima e a criação desse grupo foi uma iniciativa interessante porque agiliza as conversas", comentou.

"A sinalização que temos é de que essa agenda é aderente com o pensamento da nova equipe econômica e não enxergamos mudança drástica de direção, mas melhorias, ideias na mesma direção", acrescentou.

Os principais tópicos dessa agenda de 17 tópicos da Anbima estão nos custos de observância e em aperfeiçoamentos da lei 12.431, de debêntures de infraestrutura. "Os grandes pontos vão na direção de fomentar o mercado de capitais e reduzir o impacto dos custos", observou.

Os pleitos tratam ainda do fomento da participação das entidades de previdência no financiamento à infraestrutura e audiência pública da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para regular o fundo de infraestrutura, visando maior participação do público em geral.

Varejo ainda se recupera e reflete precariedade do mercado de trabalho, diz IBGE

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) de outubro, que apresentou variação negativa de 0,4% na série com ajuste sazonal, demonstra que o setor permanece em recuperação, mas com perda de ritmo na margem. No mês, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio operou no mesmo patamar de novembro de 2015.

"Vamos observar os dois últimos anos", afirmou a gerente da pesquisa, Isabella Nunes, ao avaliar se 2018 poderá ser caracterizado com um ano de recuperação, após um período de crise, iniciada em meados de 2014.

A avaliação é que a precariedade do mercado de trabalho cria limitações para o consumo ser mais relevante. Há limitações, principalmente, em atividades que dependem do financiamento.

Em outubro, os segmentos de consumo de primeira necessidade, como alimentos e remédios, influenciaram positivamente na formação da taxa. Porém, foi intensa a queda de outros segmentos, com destaque para combustíveis, móveis e eletrodomésticos, e tecidos.

Na série com ajuste sazonal, a atividade de combustíveis e lubrificantes caiu 1,2%; a de móveis e eletrodomésticos, 2,5%; e a de tecidos, vestuários e calçados, 2%.

"O comportamento dos combustíveis responde ao aumento dos preços. Já o grupo de vestuários e calçados passou por quatro meses seguidos de crescimento (até setembro), período em que acumulou alta de 6,7%. Enquanto a venda de eletrodoméstico está relacionado a financiamento", destacou a responsável pela pesquisa.

O desempenho do comércio em outubro só não foi pior por causa do consumo básico, como hipermercados e farmacêuticos, por conta da estabilidade da renda e crescimento da população ocupada. Mas, pela baixa intensidade da alta, essas atividades não tiveram capacidade de compensar perdas em outros segmentos.

Superávit comercial deverá cair 38,6% e ficar em US\$ 33,8 bi em 2019, diz AEB

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

O superávit da balança comercial de 2019 deverá atingir US\$ 33,757 bilhões, queda de 38,6% ante o resultado esperado para 2018, de US\$ 54,951 bilhões, conforme estimativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) divulgadas mais cedo nesta quinta-feira, 13.

Nas projeções da AEB, as exportações atingirão US\$ 220,117 bilhões no próximo ano, sendo US\$ 106,190 bilhões em produtos básicos e US\$ 110,027 bilhões em industrializados. No total, as exportações terão queda de 7,7%. Já as importações atingirão US\$ 186,360 bilhões, alta de 2,1% em relação ao valor registrado em 2018.

Conforme nota divulgada pela AEB, o cenário para 2019 foi traçado levando em conta que “o mundo econômico pode reduzir seu ritmo de crescimento, com eventual impacto negativo direto sobre 65% das exportações do Brasil, representadas pelas commodities, e indiretamente sobre os manufaturados”.

A disputa comercial entre China e Estados Unidos “eleva custo de importação, reduz demanda, provoca retração no fluxo comercial e queda nas cotações das commodities”.

O eventual aperto no ritmo de elevação da taxa de juros básica dos Estados Unidos, problemas econômicos na Europa (crise na Itália e saída do Reino Unido da União Europeia, por exemplo) e a crise na Argentina são outros pontos negativos para o comércio exterior em 2019.

Além disso, “o PIB da China tem mostrado lenta e contínua queda no seu ritmo de crescimento, aparentemente decorrente de fadiga econômico-financeira em suas províncias”, diz a nota da AEB.

Em 2016, 66 municípios concentraram quase metade do PIB do país, diz IBGE

14/12/2018 – Fonte: G1

As cidades com maior geração do PIB representavam um terço da população brasileira. Pesquisa mostra, ainda, que apenas 6 municípios responderam por quase ¼ da economia do país.

Quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2016 ficou concentrado em apenas 66 dos 5.570 municípios do país. Isso significa que apenas 1,2% das cidades, que representavam 1/3 da população, responderam por cerca de 50% de toda a economia brasileira naquele ano. É o que aponta um levantamento divulgado nesta sexta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2016, o PIB recuou 3,3%, segundos dados revisados e divulgados pelo IBGE no mês passado. Em valores correntes, ele chegou a R\$ 6,266 trilhões naquele ano, e o PIB per capita ficou em R\$ 30.407.

Segundo o novo levantamento, apenas 6 municípios, que representavam 12,9% da população em 2016, concentraram cerca de 25% do PIB do país. São eles:

- São Paulo, com **11%** do total;
- Rio de Janeiro, com **5,3%**;
- Brasília, com **3,8%**;
- Belo Horizonte, com **1,4%**;
- Curitiba, com **1,3%**;
- Osasco, com **1,2%**.

Segundo o IBGE, destes seis municípios com os maiores PIBs, apenas Osasco alterou sua posição no ranking ao longo da série histórica do levantamento. Em 2012, o município paulista ocupava a 16ª colocação. A ascensão para a 6ª posição, segundo o instituto, se deu "muito em virtude do ganho de participação das atividades de comércio, serviços de informação e atividades financeiras no período".

O instituto destacou, também, que em 2002, os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro somavam 19,0% do PIB do Brasil e, essa participação caiu para 16,2%. Tal queda distribuiu-se entre as atividades da indústria e dos serviços.

Sudeste lidera ranking dos 100 maiores PIB

O levantamento apresentado nesta sexta-feira pelo IBGE mostrou também que 56% do PIB brasileiro em 2016 estava concentrado em 100 municípios. A região Sudeste liderava esse grupo, com 56 municípios entre os mais ricos do país.

A Região Norte ficou na lanterna deste ranking, com apenas quatro municípios. O IBGE destacou que apenas as capitais de três estados desta região não estavam entre o grupo dos 100 municípios mais ricos: Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Palmas (TO).

Cidade-Região de São Paulo

De acordo com o IBGE, a capital paulista compõe, junto a outros 139 municípios "fortemente interligados e polarizados por ele", a chamada Cidade-Região de São Paulo — região de urbanização quase contínua que se estende desde Santos até Piracicaba, e desde Sorocaba até Pindamonhangaba. Em 2016, essa região concentrava 26% do PIB do país, tendo perdido participação ao longo dos anos - em 2002 ela respondia por 28,2% da economia.

"Em média, um quilômetro quadrado de território da Cidade-Região de São Paulo produzia, em 2016, o equivalente a 68 vezes a produção de um quilômetro quadrado do restante do território nacional – isto é, da área do país sem a Cidade-Região", destacou a publicação.

Ganho de participação da Amazônia Legal

Entre 2002 e 2016, aumentou de 6,9% para 8,6% a participação da Amazônia Legal no PIB do Brasil. A região é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do Maranhão.

Heterogênea, a região da Amazônia Legal inclui áreas tanto de cultivo, mineração e produção industrial quanto reservas indígenas e de preservação ambiental. Em 2002, ela respondia por 14,8% da agropecuária nacional, passando para 21% em 2016.

Evolução do PIB Brasileiro

Maiores avanços e maiores recuos

O levantamento mostrou que Brasília foi o município com maior ganho de participação no PIB nacional - uma alta de 0,2 pontos percentuais na comparação com o ano anterior. Este avanço ocorreu devido à atividade de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Em seguida, aparecem, todas com ganho de 0,1 p.p, as cidades paulistas de Osasco, Paulínia e São Paulo, além do município baiano de São Francisco do Conde.

Já as cinco maiores quedas absolutas foram influenciadas pela atividade de extração de petróleo e gás natural. A principal queda ocorreu para o município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, que perdeu 0,3 p.p. de participação na comparação com 2015. Outras duas cidades fluminenses, Cabo Frio e Maricá, juntamente com a cidade paulista de Ilhabela e a capixaba de Presidente Kennedy respondem pelas outras quatro principais quedas, todas de 0,1 p.p.

O IBGE destacou ainda que estes cinco municípios que tiveram as maiores quedas respondiam por 1,1% do PIB nacional em 2015, percentual que recuou para 0,6% em 2016.

A Bahia teve dois destaques positivos quando analisado o ranking de participação no PIB nacional. O município de Gentio do Ouro avançou 2.005 posições, beneficiado pela indústria de máquinas e equipamentos demandados para a construção de um complexo eólico. O segundo colocado em termos de avanço no ranking foi Tabocas do Brejo Velho, que viu aumentar sua arrecadação tributária com a importação de equipamentos para geração de solar.



O que o PIB tem a ver com o nosso dia a dia?

Destaques por atividade econômica

Agropecuária: Segundo o IBGE, 170 municípios concentravam, em 2016, $\frac{1}{4}$ do valor adicionado da Agropecuária brasileira. A maior parte destes municípios (67) se encontra na Região Centro-Oeste do país, que lidera a produção de soja em grão e do algodão herbáceo.

“Da primeira até a 12ª posição da Agropecuária, em 2016 todos os municípios estão no Centro-Oeste, em 2002, apenas os dois primeiros pertenciam a essa região”, ressaltou o instituto.

Indústria: Na atividade industrial, em 2016, apenas 18 municípios concentravam $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto ao PIB. “Com 86 municípios chega-se a $\frac{1}{2}$ da indústria. No outro extremo, nota-se que 2.708 municípios responderam por 1% da indústria”, destacou a publicação.

Dentre os 20 municípios de maior participação na indústria, 11 pertencem à Região Sudeste. São Paulo (5,5%), Rio de Janeiro (3,2%) e Manaus (2,2%) lideravam este grupo. Também integravam o grupo as capitais de Minas Gerais, Brasília, Fortaleza e Salvador.

Serviços: Desconsiderando os serviços da administração pública, São Paulo (15,4%), Rio de Janeiro (5,9%), Brasília (3,4%) e Belo Horizonte (1,8%) concentravam pouco mais de $\frac{1}{4}$ do PIB do setor de serviços do país. Juntamente a outros 31 municípios, sendo 19 capitais entre eles, a participação chegava à metade de todo valor adicionado pelos serviços.

Ainda segundo o IBGE, Osasco, no interior paulista, ficou em 5º lugar no ranking de serviços, sendo a cidade mais bem colocada neste ranking sem ser capital.

Administração Pública: Segundo o IBGE, a principal atividade econômica em 55,0% dos municípios brasileiros era composta pelo conjunto dos serviços da administração pública.

Mais de 90,0% dos municípios de Roraima, Paraíba, Piauí, Sergipe, Amapá e Rio Grande do Norte tinham esse perfil. No outro extremo, os estados da Região Sul tinham cerca de 11,0% com essa característica.

IGP-10 cai 1,23% em dezembro, no menor resultado da série histórica

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) acelerou o ritmo de queda de 0,16% em novembro para declínio de 1,23% em dezembro, conforme divulgou nesta sexta-feira, 14, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trata-se do menor resultado da série histórica do indicador. Com isso, o IGP-10 encerrou o ano com alta 7,92%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de dezembro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) passou de retração de 0,37% para -1,83%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) caiu 0,09%, depois da alta de 0,29% em novembro. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) variou 0,12% em dezembro, contra 0,27% um mês antes.

O IPA fechou 2018 com alta de 12,69% depois de recuar 2,40% em 2017; o IPC terminou com taxa de 4,09%, enquanto o INCC atingiu 3,82% ante 3,24% e 4,15%, respectivamente. O período de coleta de preços para o indicador de dezembro foi de 11 de outubro a 10 deste mês.

IPAs

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) Agropecuário diminuiu a intensidade de queda de novembro (-1,97%) para dezembro (-1,85%), enquanto os preços industriais, medidos pelo IPA Industrial, passaram de alta de 0,16% para declínio de 1,82% no último mês do ano, segundo a FGV. Os indicadores integram o IGP-10.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram elevação de 0,03% em novembro, ante uma elevação de 1,52% em outubro.

Os preços dos bens intermediários tiveram retração de 0,68% depois da elevação de 0,03% no penúltimo mês de 2018. Quanto aos preços das matérias-primas brutas, houve declínio de 2,02% em dezembro, ante queda de 1,68% em novembro.

ANP condiciona liberar venda direta de etanol a mudanças na tributação

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Senado aprovou lei permitindo a operação, mas processo ainda não foi votado na Câmara

Relatório elaborado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) avalia que a venda direta de etanol das usinas aos postos pode aumentar a concorrência, mas depende de mudanças no sistema tributário. Uma dessas mudanças enfrenta resistência do governo de São Paulo, diz o texto.

O relatório é resultado de consulta pública sobre o tema, que é defendido por produtores de etanol do Nordeste, mas enfrenta resistência entre os usineiros paulistas e distribuidoras de combustíveis.



Tanques de etanol em usina no interior de São Paulo - Joel Silva - 29.mai.18/Folhapress

Em junho, o Senado aprovou lei permitindo a operação, mas o processo ainda não foi votado na Câmara.

Atualmente, as usinas vendem etanol às distribuidoras de combustíveis, que revendem aos postos. É das distribuidoras também a atribuição de misturar o etanol anidro à gasolina pura comprada das refinarias.

A consulta pública da ANP recebeu 32 contribuições, 16 delas contra a proposta e 13 a favor —outras três não tem posicionamento definido. As favoráveis alegam que a venda direta aumenta a concorrência e pode reduzir o preço. As contrárias argumentam que a capacidade logística da distribuição reduz custos e que são necessárias mudanças tributárias.

A ANP conclui que pode haver aumento da concorrência. Mas diz que a mudança demandaria alterações na cobrança de impostos federais e estaríamos, já que eles incidem sobre todas as etapas da cadeia.

No primeiro caso, a concentração da alíquota na produção do etanol é uma alternativa. No segundo, a cobrança também deveria ser em apenas uma etapa, mas a mudança semana alteração de regras do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e desagradam São Paulo, que tem a menor alíquota do país e poderia ter que aumentar a carga tributária sobre o produto.

Assim, o relatório recomenda que a ANP só autorize a venda direta se a questão tributária for equacionada.

Conselho administrativo da Renault mantém Carlos Ghosn na presidência

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

O conselho administrativo da Renault ratificou nesta quinta-feira (13) Carlos Ghosn, preso no Japão por ocultar parte de sua renda, como presidente da multinacional. Ghosn permanece como presidente e diretor-geral, como havia sido anunciado em 20 de novembro, explicou o principal fabricante de automóveis francês, que "não está em posição de decidir" sobre as acusações contra ele.

O conselho de administração da Renault chegou à "conclusão preliminar, à conformidade dos elementos de remuneração do presidente-gerente geral da Renault e das condições de sua aprovação de acordo com as disposições legais", referindo-se a às apurações iniciadas após a prisão de Ghosn no Japão.

Os administradores da empresa designaram provisoriamente a Thierry Bolloré como diretor-geral do grupo. Após o escândalo, Ghosn foi demitido da presidência dos conselhos de administração da Nissan e da Mitsubishi no Japão.

INVESTIGAÇÃO PRÓPRIA

Ainda nesta quinta-feira (13), a Renault informou que a auditoria realizada após a prisão de Ghosn não encontrou irregularidades em seus salários como presidente da montadora francesa.

O comunicado da Renault, divulgado depois de uma reunião de diretoria de cinco horas, pouco ajudou para resolver o impasse com a parceira japonesa. O conselho da Renault também pediu que os advogados da empresa continuem examinando um dossiê de denúncias entregues pela Nissan esta semana, afirmou a empresa em comunicado.

Porém, de acordo com a "conclusão preliminar" da investigação interna foi que a remuneração de Ghosn na Renault estava "em conformidade com a lei aplicável" e com diretrizes de governança, disse a montadora francesa. A empresa não fez comentários sobre as alegações da Nissan.

A crise na diretoria abalou a aliança Renault-Nissan-Mitsubishi e o presidente-executivo da Nissan, Hiroto Saikawa, pediu mudanças para diminuir o controle dos franceses.

A Renault detém 43,4% da Nissan, que possui 15% da francesa, sem direito a voto. A Nissan, por sua vez, controla a Mitsubishi através de uma participação de 34%.

De acordo com dados revelados pela investigação da Nissan, Ghosn também teria usado fundos da empresa para uso pessoal, além de ter cometido outras condutas impróprias. O relatório de 400 páginas foi compartilhado com advogados da Renault.

Relator da CVM vota por absolvição de conselho da Petrobras por segurar preço da gasolina

14/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-12-2018)

Julgamento refere-se a governo Dilma e foi suspenso por pedido de vista de um dos diretores

Em julgamento realizado nesta quinta (13) na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o diretor Pablo Renteria votou por absolver ex-administradores da Petrobras por segurar os preços da gasolina na véspera das eleições de 2014. A sessão, porém, foi suspensa após pedido de vista do diretor Henrique Machado.

Entre os acusados, estão os ex-ministros de Dilma Rousseff Guido Mantega, Marcio Zimmermann e Miriam Belchior e o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Eles são processados por induzir o investidor a erro ao descumprir política de preços dos combustíveis anunciada pela companhia em 2013.

A acusação sustenta que a política não foi cumprida, já que a companhia segurou reajustes durante quase todo o ano de 2014, véspera da eleição, apesar de pressões da diretoria para que o conselho aprovasse aumentos. O caso também é alvo de ação movida pelo Ministério Público Federal, que acusa a empresa de postergar aumentos para beneficiar a campanha de Dilma.

Além de Mantega, Belchior e Coutinho, a CVM julgou a atuação dos ex-conselheiros Jorge Gerdau Johannpeter, Sérgio Franklin Quintella e José Maria Rangel —os dois primeiros, representantes de minoritários e o terceiro, dos empregados da companhia. Para o diretor da CVM relator do caso, Pablo Renteria, não há elementos para provar que agiram deliberadamente para induzir investidor a erro.

Com base em atas de reuniões do conselho na época, a área técnica da CVM e o MPF alegam que o colegiado desconsiderou alertas de que as metas de endividamento da companhia não seriam cumpridas sem reajustes. Para a acusação, a Petrobras se desviou, "de forma intencional, dos objetivos originalmente comunicados aos investidores" sem expor essa mudança de forma clara ao mercado.

Anunciada após anos de prejuízo com a venda de combustíveis a valores mais baixos do que no mercado internacional, a política previa a convergência com as cotações externas e estabeleceu metas de redução do endividamento. Como nos anos anteriores, também falava em evitar repasses de volatilidades de curto prazo ao investidor.

Relator do processo, Renteria argumentou que o conselho optou por dar preferência a evitar o repasse das volatilidades em um ano de disparada da taxa de câmbio ao invés de focar nas metas de endividamento, que poderiam ser atingidas até o fim de 2015.

A defesa dos executivos alega que a política de preços era definida pela diretoria e previa a convergência com preços internacionais em 24 meses. Dizem ainda que, como empresa de economia mista, estaria sujeita ao risco de respeitar políticas de interesse público, como alerta seu estatuto.

"Não se prometeu nenhum ritmo específico de aumentos", disse o advogado Luiz Antônio Sampaio Campos, que defende os indicados pelo governo para o conselho. "A paridade [com os preços internacionais] veio ao final de 2014 e permaneceu acima por um longo período", argumentou.

Com base em atas de reuniões o conselho, a acusação indica que os conselheiros negaram diversos pedidos de reajustes feitos pela diretoria da companhia durante o ano de 2014. Em depoimento ao MPF, a então presidente da estatal, Graça Foster, disse que a palavra final era de Mantega.

"Os aumentos, todos eles, desde o meu primeiro dia até o último dia, eram pelo presidente do conselho", disse ela em depoimento. "Ele ligava para mim e falava: '3 no diesel e 5 na gasolina', e desligava."

VAZAMENTO

Diretor financeiro da Petrobras no período, Almir Barbassa, foi condenado em outro processo, a multa de R\$ 300 mil pelo vazamento de informações sobre a nova política de preços em 2013, que teria beneficiado o valor das ações da companhia em bolsa. A CVM acusa Barbassa de demorar a esclarecer o mercado sobre a nova política.

No julgamento desta quinta (13), sua defesa alegou que a empresa cumpriu as normas de divulgação de fatos relevantes ao mercado e que a alta das ações foi provocada por fatores externos, como melhora do cenário mundial e queda do dólar, que favorece o endividamento da companhia.

"O defendente agiu com cautela, com prudência, preocupado em não banalizar o fato relevante", disse a advogada Maria Lúcia Cantidiano. Ao fim do julgamento, ela afirmou que vai recorrer da decisão.

CNA recorreu da decisão de Fux sobre multas por descumprimento de tabela

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) confirmou nesta quinta-feira, 13, ter recorrido hoje da decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que na quarta-feira revogou a suspensão da aplicação de multas pelo eventual descumprimento da tabela de preços mínimos de frete do governo. A decisão de recorrer foi antecipada nesta quinta de manhã pelo Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Na nota, a CNA lembra que Fux acatou na semana passada o pedido da CNA e suspendeu a aplicação das penalidades impostas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de até R\$ 10,5 mil, para quem descumprisse o tabelamento.

Depois de analisar um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), voltou atrás e anulou a decisão tomada há uma semana. "A CNA é contra o tabelamento do frete por considerar que a medida é inconstitucional e fere o princípio da livre concorrência, além de causar insegurança jurídica ao setor agropecuário. A entidade protocolou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para pedir o fim da medida", disse a entidade no comunicado.

Conforme a CNA, o julgamento do caso pelos ministros do STF ainda não tem data.

Editorial: "A chantagem dos caminhoneiros funciona

14/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 13-12-2018)

Fux revoga liminar para atender a caminhoneiros, dando aval à chantagem daqueles que estão dispostos a prejudicar um país inteiro nas festas de fim de ano

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux recuou mais uma vez em uma liminar concedida por ele mesmo. No fim de novembro, ele havia derrubado sua própria decisão monocrática a respeito do auxílio-moradia do Judiciário, como parte da negociata que envolveu o reajuste dos ministros do STF.

Agora, ele levou bem menos que quatro anos para reverter sua opinião: atendendo a um pedido da Advocacia-Geral da União, Fux revogou liminar concedida na semana passada e que suspendia a aplicação de multas por descumprimento da tabela de frete imposta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O tabelamento do frete era uma reivindicação dos caminhoneiros que haviam parado o Brasil em maio, em um protesto que até contou com o apoio da população em um momento inicial, mas depois se revelou puramente corporativista, preocupado apenas com as próprias questões.

O tabelamento serviu aos caminhoneiros, mas prejudicou todo o resto do país ao inflacionar o preço do transporte rodoviário, o que teve seu reflexo no desempenho do setor produtivo, nos preços praticados ao consumidor e até no comércio exterior.

A suspensão da multa por Fux, na semana passada, irritou a categoria, que ameaçou parar novamente. Isso só não ocorreu porque a AGU já havia se comprometido a intervir, e o pedido feito ao STF mostra o nível da chantagem dos caminhoneiros.

Era preciso voltar a aplicar as multas para "evitar risco de comprometimento do sistema de distribuição de alimentos, medicamentos, combustíveis e outros produtos essenciais [...] no período do Natal e do Ano Novo", afirmava a AGU. Ou seja, os caminhoneiros estavam dispostos a, mais uma vez, prejudicar toda a nação nas festas de fim de ano, quando a demanda por vários itens, como combustíveis e alimentos, tende a crescer.

O argumento de que seria melhor esperar a mudança de governo para se resolver a questão, usado pela AGU e aceito por Fux, também não para em pé. Isso porque, desde a publicação da medida provisória (depois convertida em lei) que autorizava a ANTT a publicar a tabela, o que o setor produtivo vem questionando é a constitucionalidade desse tabelamento.

É algo que tem de ser resolvido não pelo Executivo, nem pelo Legislativo, mas pelo Judiciário, que não muda em 2019. E não apenas a inconstitucionalidade do tabelamento é evidente, violando os artigos da Carta Magna que protegem a livre iniciativa, como também o assunto é urgente, dadas as perdas do setor produtivo com a política que aumentou os preços mínimos do transporte.

Se chegamos à situação em que os caminhoneiros se colocam mais uma vez na posição de chantagear o país, isso ocorre em grande parte graças à omissão do Supremo, especialmente a do ministro Fux.

Foi ele quem, em junho, paralisou todas as ações judiciais a respeito do frete e, depois, passou meses sem tomar uma decisão. Quando o fez, suspendendo as multas, não atacou a questão central, que já tinha delegado ao plenário do STF – no entanto, o tema nunca chegou a ser pautado para análise da corte. Agora, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pedirá ao STF que analise o tema antes do recesso judiciário de fim de ano. Se isso não ocorrer, o Supremo estará colaborando para a continuação da insegurança jurídica em torno do assunto.

Mas também o Poder Executivo mostra sua leniência diante da atitude dos caminhoneiros. A AGU não apenas atuou para perpetuar uma inconstitucionalidade, mas também se curvou aos que estavam dispostos a violar direitos fundamentais da população, como o de ir e vir.

O governo, em vez de deixar claro que não toleraria novos bloqueios de estradas nem o desabastecimento de produtos básicos, se transformou em refém dos caminhoneiros por vontade própria, incentivando ilegalidades e tolerando o intolerável."

Ford prevê que venda de veículos novos no Brasil crescerá de 10% a 12% em 2019

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

A Ford estima que a venda de veículos novos no Brasil deve crescer de 10% a 12% em 2019, desacelerando, portanto, em relação ao ritmo de 2018, que até novembro acumula expansão de 15%. Se a expectativa se confirmar, o ano que vem deve terminar com um mercado de 2,83 milhões a 2,9 milhões de unidades.

Para a Argentina, no entanto, a projeção é de aprofundamento da queda, em razão da crise econômica que vive o país. As vendas para o consumidor argentino, que até novembro de 2018 acumulam recuo de 9%, devem cair de 20% a 25% no ano que vem, estima a montadora. Com isso, o mercado argentino passaria a ter um tamanho de 590 mil a 640 mil unidades.

Segundo o vice-presidente da Ford para a América do Sul, Rogelio Golfarb, o crescimento esperado para o Brasil em 2019 será puxado mais uma vez pelas vendas para clientes corporativos, como locadoras, produtores rurais e frotistas em geral. Para o consumidor comum, a recuperação será mais lenta. "Não estou vendo uma melhora nos juros para pessoa física em um horizonte de 12 meses", justificou o executivo, em evento de fim de ano da montadora.

Golfarb ressaltou que as vendas para clientes corporativos representaram dois terços do crescimento registrado pelo mercado em 2018. Isso ocorreu porque as fábricas ainda estão com alta ociosidade, o que forçou uma redução no preço para estimular a produção e liberar estoque.

Além disso, os clientes corporativos têm mais condições que um consumidor comum de financiar a compra do carro. A redução da Selic, lamentou, não foi acompanhada por uma queda no mesmo ritmo dos juros para o setor automotivo. Enquanto a taxa básica caiu 54% entre 2016 e 2018, os juros para consumidores de veículos recuaram 14%. "A transmissão da queda da Selic foi muito pequena. E não há projeção de queda para a Selic no ano que vem", disse.

Em relação ao governo eleito, o executivo da Ford afirmou que ainda é cedo para fazer uma avaliação detalhada. No entanto, disse que espera maior clareza sobre como vai ser a política de comércio exterior. "A abertura é saudável, mas é preciso saber como

será feita. Além disso, com o governo americano mais protecionista e o Brexit, o mundo parece estar em revisão da sua ordem. É preciso saber como o Brasil vai se encaixar nisso”, afirmou.

Comércio de veículos foi favorecido pela queda da taxa de financiamento, diz IBGE

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

A venda de veículos em outubro ajudou o varejo ampliado a registrar alta de 6,2% frente a igual mês do ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com taxas de financiamento mais favoráveis, a atividade de veículos conseguiu avançar 20,1% nessa base de comparação. O cenário é de recuperação ao longo de todo o ano, ressalta a gerente da pesquisa, Isabella Nunes, ainda que o mercado de trabalho e as limitações salariais não favoreçam o endividamento de longo prazo. “O grupo de veículos mantém um desempenho bastante forte ao longo de todo ano”, destaca a pesquisadora.

Segundo Nunes, ao contrário do que acontece com outras atividades que dependem de financiamento, o desempenho do grupo não está relacionado apenas ao orçamento das famílias, pois uma fatia dos compradores de veículos é formada por empresas, que, nesse ano, aproveitaram as condições mais favoráveis para recompor frotas de ônibus, caminhões e tratores.

Dados do Banco Central demonstram que houve uma redução da taxa média de juros para aquisição de veículos para pessoas jurídicas de 17,1% em outubro de 2017 para 15,8%. Como consequência, o volume de crédito concedido subiu de 1,2 bilhão para 2 bilhões, no período. Além disso, houve uma estabilidade da massa de rendimento real de 1,9%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Influência da Black Friday em tecidos

O segmento de tecidos, vestuário e calçados foi um dos que mais contribuiu para a queda de 0,4% da venda no comércio na passagem de setembro para outubro. Porém, parte da explicação para esse comportamento é conjuntural, segundo Isabella Nunes.

Ela acredita que, em outubro, o resultado do grupo tenha sofrido “uma influência de postergação de consumo dado que para novembro estavam anunciadas grandes promoções da Black Friday”. Além disso, nos quatro meses anteriores, as vendas tinham subido por conta de promoções.

O segmento de tecidos, vestuários e calçados apresentou retração de 2% na margem, em outubro. O grupo só não teve pior resultado que os de livros, jornais, revistas e papelerias (-7,4%), que passa por uma fase de reestruturação, e que móveis e eletrodomésticos (-2,5%).

Por conta da relevância que tem no comércio e do peso na pesquisa, o segmento de combustíveis foi o que mais influenciou a queda de 0,4% do varejo restrito. A retração do grupo na passagem do mês foi de 1,2%.

Toyota anuncia investimento de R\$ 1 bi para produção de carro híbrido no Brasil

14/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 13-12-2018)

O presidente da República, Michel Temer, participou nesta quinta-feira, 13, do lançamento da tecnologia para a produção do primeiro veículo híbrido flex do mundo

em cerimônia no Palácio do Planalto. A montadora japonesa Toyota anunciou que investirá cerca de R\$ 1 bilhão em sua unidade no Brasil para o desenvolvimento dos carros, que serão movidos a eletricidade e etanol ou gasolina.

No evento, o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmou que a nova tecnologia contribuirá para um ambiente mais limpo e estimulará o conhecimento científico. A Toyota fez parcerias com universidades brasileiras.

O presidente da Toyota para a América Latina, Steve St. Angelo, ressaltou que o projeto está em linha com o programa Rota 2030, sancionado por Temer na terça-feira, 13. Entre as medidas aprovadas está a redução de até três pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros híbridos com tecnologia que permita o uso de etanol. Esse tipo de veículo já tinha sido beneficiado recentemente com outra redução de IPI.

A empresa não anunciou qual modelo será produzido com a nova tecnologia, mas o mercado aposta no sedã Corolla, embora a montadora tenha feito localmente diversos testes com um Prius, que é importado e usa apenas gasolina no motor que gera energia.

De acordo com a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), a utilização de biocombustível fará com que as emissões dos veículos elétricos brasileiros sejam um terço menores do que as dos veículos elétricos europeus.

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), circulam hoje no Brasil cerca de 7 mil carros elétricos e híbridos (usam eletricidade ou gasolina).

Ainda segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o desenvolvimento da tecnologia se beneficiou de duas políticas lançadas recentemente pelo governo federal, o Renovabio, que prevê um aumento da oferta de biocombustíveis, e o Rota 2030, programa de incentivos para montadoras.

De acordo com o presidente da Toyota, o primeiro protótipo híbrido flex foi anunciado em março deste ano.

“A longo prazo, devido ao poder de reabsorção do CO2 no ciclo produtivo da cana-de-açúcar, o respeito pela matriz energética é outro ponto alto do veículo híbrido. Ele não exige infraestrutura e é autossustentável”, disse.

Ele destacou ainda que a integração do híbrido com o flex reduzirá a necessidade de infraestrutura para o abastecimento dos carros.

Preços do aço sobem com esperança de demanda em 2019

14/12/2018 – Fonte: DCI

Os preços do aço na Bolsa de Xangai dispararam pelo segundo dia consecutivo nesta quinta-feira (13), impulsionados pelas expectativas de que a China possa lançar mais projetos de infraestrutura em 2019.

O contrato do vergalhão mais ativo na Bolsa de Futuros de Xangai fechou em alta de 2,1%, a 3.419 iuanes por tonelada.

O preço do vergalhão ainda está 15% abaixo do pico de sete anos alcançado no fim de agosto. Já o minério de ferro à vista na China ficou estável em US\$ 67 a tonelada, de acordo com a consultoria SteelHome.

Conectividade: a nova fonte de lucro para as montadoras

14/12/2018 – Fonte: CIMM

O carro conectado será em uma das grandes fontes de receita da indústria automotiva nos próximos anos. A expectativa é consenso entre uma série de especialistas. Pesquisa da KPMG com executivos da indústria automotiva mostra que 75% deles acreditam que veículos com conexão têm potencial para gerar faturamento 10 vezes maior. Já levantamento da McKinsey indica que, ao lado dos serviços de mobilidade e novos modelos de negócio, a conectividade acrescentará US\$ 1,5 trilhão em receitas à indústria automotiva.

Globalmente as companhias automotivas já se movimentam para se adaptar a esta transformação. A Volkswagen, por exemplo, anunciou investimento de US\$ 4 bilhões no desenvolvimento de negócios digitais até 2025. A empresa vai criar a plataforma We baseada na nuvem para conectar veículos, clientes e oferecer serviços. A Bosch é outra organização que aposta no mesmo caminho. A empresa criou uma nova divisão, a Connected Mobility Solutions, focada na oferta de serviços conectados e de mobilidade.

Avanço local

Os negócios também começam a se movimentar no Brasil. Este ano a Nissan começou a oferecer carros equipados com o Multi-App, central multimídia mais completa, conectada à internet e que não depende de espelhamento com o celular. A solução traz uma série de funcionalidades para o cliente e, ainda, oportunidade importante para a montadora, que consegue monetizar com oferta de serviços e estreitar o relacionamento com os consumidores.

Antonio Azevedo, CEO da Logigo Automotive, desenvolvedora de centrais multimídia responsável pela produção do Multi-App, explica a maior diferença entre a solução adotada pela Nissan e a maioria das outras usadas no mercado. “Usamos um software nativo que garante à montadora o controle dos dados dos clientes e, assim, permite a monetização destas informações. Nos sistemas equipados com Android Auto ou Apple CarPlay, quem tem este domínio é o Google e a Apple, não a fabricante do carro”, conta.

Segundo o executivo, a tecnologia da central multimídia permite que a montadora envie mensagens direto ao cliente pelo sistema, como um desejo de parabéns no aniversário dele com um cartão de desconto para executar serviços em uma concessionária, por exemplo. Como a plataforma digital é própria, a fabricante do carro pode também aceitar publicidade na central multimídia, vender aplicativos ou ir mais longe e desenhar seguros sob medida para cada cliente.

“A montadora passa a ter a informação de como determinado motorista dirige, se este concordar em dividir essas informações, pode firmar parceria com seguradora e fazer preços personalizados ou desenhar uma apólice pay per use em que o cliente só paga pelo tempo em que está com o carro na rua”, enumera Azevedo. Segundo ele, possibilidades não faltam, mas todas dependem de que o carro esteja conectado para funcionar.

“Hoje grande parte dos veículos que temos no mercado contam com uma central multimídia que representa um investimento da montadora que não se converte em aumento da lucratividade depois. Acredito que estas plataformas representam um ponto chave para as montadoras, uma oportunidade de negócio”, defende Azevedo.

Inovação à brasileira

Em tempos de busca por novas receitas para a indústria automotiva Régis Nieto, sócio-diretor do BCG, lembra que a melhor recomendação é não esperar que as respostas venham prontas da matriz das organizações. “Nos próximos anos o dinheiro virá de

novos lugares. As empresas que não estão se reposicionando agora vão passar por dificuldades”, disse o consultor durante apresentação em evento promovido por Automotive Business em agosto.

Segundo ele, é um erro acreditar que as novas soluções não podem ser desenhadas localmente. “Uma das coisas que mais ouço dos profissionais no Brasil é que as respostas virão de fora.

Acima de tudo, o consumidor é local e, portanto, precisamos desenhar os produtos e serviços certos para ele”, defende. Ele lembra que, com pessoas tão conectadas, o país é um dos maiores mercados para empresas como Uber e Waze. É aí, justamente, que está a maior oportunidade para as companhias automotivas: desenhar soluções brasileiras com potencial para ganhar escala.

É justamente nisso que a LogiGo está apostando, garante Azevedo. Segundo ele, a empresa deve abrir em breve um escritório no Vale do Silício. A ideia ali é tanto aproveitar a mão de obra do maior polo de inovação do mundo para os novos desenvolvimentos, quanto fazer uma ofensiva no mercado dos Estados Unidos. É a inovação à brasileira ganhando o mundo.

Produção de máquinas crescerá perto de 25% no ano

14/12/2018 – Fonte: CIMM

Indústria brasileira montará 66 mil unidades, superando projeção da Anfavea para 2018

A produção nacional de máquinas agrícolas e rodoviárias somou no acumulado de janeiro a novembro 60,2 mil unidades e registrou alta de 19,4% sobre igual período do ano passado. O total em 11 meses já é bastante próximo da projeção anual para o setor, que fechará o ano não com 61 mil, mas cerca de 66 mil unidades e alta de 24,5% em vez de apenas 15%.

A produção conta com a ajuda do mercado interno e em alguma medida com as exportações, já que o setor é menos dependente da Argentina que outros segmentos. Como comparação, o embarque de automóveis caiu 15,6% na comparação interanual e o de máquinas, apenas 6,7%. Os números foram divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Como exemplo, a produção de tratores de esteiras até novembro somou 3,8 mil unidades e cresceu 103% na comparação com iguais meses do ano passado. E as exportações desse tipo de máquina somaram mais de 3 mil unidades e cresceram 82,3%. Em regra elas são enviadas para a América do Norte.

Mercado interno cresce 12%

A venda interna de máquinas agrícolas e rodoviárias somou de janeiro a novembro 43,3 mil unidades e anotou alta de 11,9% sobre iguais meses de 2017. O maior volume foi o de tratores de rodas, com 35,7 mil unidades e acréscimo de 8,8% na comparação anual. Mas o crescimento em 2018 foi alavancado pelo aumento de demanda por outros modelos. As colheitadeiras totalizaram no período 4,7 mil unidades, alta de 25,3%.

“Elas tiveram bom crescimento neste período e até o fim do ano vão compensar em parte a queda de venda de tratores que sempre ocorre entre novembro e janeiro”, afirma o vice-presidente da Anfavea, Alexandre Bernardes.

Outra alta expressiva foi das retroescavadeiras, que se aproximaram de 1,9 mil unidades no acumulado do ano. O volume é 73,9% maior que o vendido em iguais meses do ano passado.

“Essa alta reflete um aumento de demanda na construção civil, mas a retroescavadeiras têm sido bastante utilizadas no suporte agrícola para aumento da produtividade”, diz Bernardes, citando o uso dessas máquinas no cultivo de arroz e em projetos de irrigação.

Audi confirma Bram Schot como presidente do conselho de administração

14/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-12-2018)



Executivo dirige a companhia desde junho deste ano como CEO interino

O conselho de supervisão da Audi confirmou Bram Schot como presidente do conselho de administração, que assume oficialmente o cargo em 1º de janeiro. O executivo dirige a empresa desde junho deste ano como CEO interino, após a prisão do então CEO Rupert Stadler e de outros membros do board suspeitos de fraude e falsificação de documentos no caso dieselgate, como ficou conhecido o escândalo de manipulação de emissões de poluentes dos motores a diesel que equipam carros de marcas do Grupo Volkswagen, incluindo a Audi.

Schot continuará temporariamente com o seu cargo anterior antes de assumir a empresa interinamente, como membro representante de vendas e marketing no conselho de administração, o qual responde desde setembro de 2017. Sob sua supervisão também estão as marcas Ducati, Lamborghini e Italdesign Giugiaro.

“Com a nomeação de um novo presidente do conselho de administração, lançamos importantes bases para a futura orientação da Audi. Como CEO interino, Bram Schot já fez um trabalho convincente nos últimos meses.

Ele está avançando com a mudança cultural em sua equipe e está efetivamente enfrentando os desafios atuais. Com a vantagem de ter um cargo mais alto, ele acelerará ainda mais a transformação da empresa e levará a marca a novos patamares”, comentou o presidente do conselho de supervisão da Audi e CEO do Grupo VW, Herbert Diess.

De origem holandesa, Schot já foi responsável por Vendas e marketing no conselho de administração da Volkswagen Commercial Vehicles, em 2012. No ano anterior, ele deixou o cargo de presidente e CEO da Mercedes-Benz na Itália para ingressar no Grupo Volkswagen, onde começou como responsável por projetos estratégicos na divisão de vendas.

“A Audi quer alguém com condições claras no topo da empresa. É por isso que nós, representantes dos funcionários, estamos comprometidos em fazer o trabalho adequadamente e nomear Bram Schot como presidente do conselho de administração faz parte disso.

Durante seu período como interino, ele já mostrou que pode dar um grande impulso ao novo começo que pedimos e iniciamos. Ele deve agora continuar nesse caminho e levar a Audi de volta ao topo. Isso é o que esperamos”, declarou o vice-presidente do conselho de supervisão da Audi e presidente do conselho geral dos trabalhadores, Peter Mosch.

Ford projeta mercado 10% a 12% maior em 2019, mas prevê nova queda de exportações

14/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-12-2018)



Lyle Watters (esq.) e Rogelio Golfarb ao lado da Ranger Storm, picape 4x4 prometida para o fim de 2019: ano intenso de transformação
Expansão de 15% em 2018 foi dependente das vendas diretas a frotistas, responsáveis por mais de 40% dos negócios

“Intenso” foi a palavra escolhida para definir 2018 por Rogelio Golfarb, vice-presidente de estratégia, comunicação e relações governamentais da **Ford** América do Sul. Já o presidente da companhia na região, Lyle Watters, preferiu a definição “transformação”.

Na média, ambos têm razão: o País passou por transformações intensas este ano e ainda não se sabe ao certo o que virá delas, mas o setor automotivo, embora menor do que já foi até 2014, aguentou bem a volatilidade.

O mercado brasileiro de veículos termina o ano com novo crescimento, em torno de 15% a 16%, perto de 2,6 milhões de unidades vendidas. E a Ford projeta nova expansão de 10% a 12% em 2019, para algo como 2,8 milhões de emplacamentos no Brasil – em linha com o que a Anfavea, associação dos fabricantes, vem apontando até agora.

O que de fato precisa se transformar em 2019 é a qualidade do crescimento do mercado brasileiro, até agora fortemente dependente dos negócios corporativos com frotistas, sempre com descontos que superam os 30% e jogam para baixo a rentabilidade. Este ano locadoras e outros grandes compradores são responsáveis por quase 43% dos emplacamentos, quase o dobro dos 24% registrados em 2012.

Pela projeção da Ford, as vendas diretas devem crescer 24,3% em 2018 na comparação com 2017, para 1,1 milhão de unidades, enquanto as compras originadas no varejo avançaram em ritmo bem menos intenso, 9,7%, para 1,48 milhão de veículos vendidos nas concessionárias. Portanto, 63% do crescimento este ano é devido aos negócios corporativos.

“O que incentiva as vendas diretas é a ainda grande capacidade ociosa, os fabricantes precisam escoar a produção. Além disso, os financiamentos ao consumidor são limitados e as taxas de juros ainda são mais altas, enquanto os frotistas têm mais facilidades”, avalia Rogelio Golfarb.

O executivo destacou que os juros para financiamento de automóveis baixaram 14% desde 2015, para a média de 22,4% ao ano, mas o custo ainda é muito alto em relação aos 6,5% da taxa básica Selic, que caiu 54% no mesmo período. “Financiar um veículo no País ainda é caro e isso impacta nas vendas de varejo”, lembra.

ARGENTINA REDUZ EXPORTAÇÕES

Se a perspectiva do mercado doméstico é de crescimento contínuo, o mesmo não se pode dizer das exportações, que atingiram o recorde histórico de 766 mil unidades em

2017 e não devem passar de 650 mil este ano, em queda de 15%, sob o impacto da frote crise cambial na Argentina, para onde vão 70% dos carros brasileiros vendidos no exterior.

Nas projeções da Ford, tudo indica que a queda das vendas externas será ainda mais forte em 2019, para menos de 600 mil veículos exportados, estimando nova retração de 20% a 25%. Com isso, a participação das exportações na produção no Brasil deve cair abaixo dos 20%, contra 22% este ano.

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA PUXA PIB INDUSTRIAL

Apesar de todas as quedas registradas nos últimos anos, Golfarb destacou que o setor automotivo tem sido o grande motor de recuperação do PIB industrial. Baseado em estatísticas do IBGE, ele mostra que o crescimento de 17,7% na produção de veículos foi responsável por 49% da expansão da indústria nacional em 2017, que na média avançou apenas 2,6%. Em 2018, até outubro, as montadoras expandiram o ritmo em 15,8%, ou 70% da modesta alta de 1,8% de toda a indústria.

“Isso mostra a relevância do setor automotivo nacional na indústria e na sua recuperação após a crise”, avalia Golfarb.

Roger Alm é o novo presidente global da Volvo Trucks

14/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-12-2018)



Roger Alm sucederá Claes Nilsson na presidência global da Volvo Trucks. Executivo que já comandou as operações na América Latina sucederá Claes Nilsson, que se aposentará

A **Volvo Trucks** anuncia a nomeação de Roger Alm como seu novo **presidente** global a partir de janeiro, quando assume o novo cargo no lugar de Claes Nilsson, que se aposentará no fim deste ano. Com a nova função, Alm será o responsável pelos negócios da marca em mais de 130 países. Ele fará parte da diretoria executiva global do Grupo Volvo e se reportará diretamente ao CEO Martin Lundstedt.

Na Volvo desde 1989, Alm ocupa atualmente a presidência da Volvo Trucks na Europa, onde é responsável pela empresa em 35 países. Ele também é bastante conhecido na América Latina: por aqui, comandou as operações da fabricante de veículos comerciais por cinco anos, entre 2009 e 2014, quando deixou o cargo para assumir a presidência da divisão na Europa.

Na ocasião, ele trocou o posto com o próprio Nilsson, que deixou a região europeia para se dedicar à América Latina.

A Volvo Trucks não divulgou quem sucederá Alm como seu presidente na Europa.